

O NEGRO NO MUSEU DO MARAJÓ: EM BUSCA DE PISTAS E PROVAS DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO PARÁ

Helena do Socorro Campos da Rocha (1); Emiliana Pacheco Monteiro (1); Luciene Barbosa Teixeira (2); Paula Renata de Jesus Monteiro (3); Rômulo Viana Marinho (4)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA
neab.belem@ifpa.edu.br (1); emilianamonteiro89@gmail.com (1); lucienebarbosateixeira@yahoo.com.br (2); jtpaulamonteiro@yahoo.com.br (3); romulovianamarinho@hotmail.com (4)

RESUMO

Entender como se deu a origem, processo e a utilização da mão de obra escrava negra no arquipélago do Marajó e as particularidades que a presença negra pode nos apresentar. Pois muito do que se vê exposto no museu do Marajó sobre o negro, retrata uma visão geral de Brasil com interpretações e explicações que encontramos em qualquer livro didático que aborde o tema escravidão negra no país. Sendo assim, o Padre Giovanni Gallo assumiu a missão de expor e apresentar em todo acervo, não simplesmente os objetos e histórias apenas com caráter expositivo, mas sim, o homem que existe por trás de cada peça, história e resquícios do passado. Os resultados parciais encontrados através de pistas e provas da escravidão no Marajó foram: o libambo; o tronco; o pelourinho e o vira-mundo.

Palavras Chaves: Marajó; escravidão; Negro

INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e orientado pela professora Helena Rocha. O PIBEX patrocina atividades de pesquisa e extensão onde são oferecidas infra-estrutura e condições para a realização de buscas de material científico que possibilite a construção de artigos e outros documentos. O Programa, incentivado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, é ofertado tanto aos alunos do nível superior quanto aos alunos do técnico e os membros ingressam no programa através de uma seleção que leva em conta a vida acadêmica. Os integrantes são instigados e instruídos a construir várias modalidades de documentos e participarem de atividades e eventos relacionados a área da educação.

Neste artigo será abordado o tema da escravidão negra no Marajó sob a luz da pesquisa do Padre Giovanni Gallo que buscou construir um museu, onde seu principal objeto de pesquisa era o homem, independentemente de sua cor, raça ou classe social, também se preocupou em demonstrar como esse homem se vê e, como ele é visto, por essa mesma sociedade da qual ele também é

membro. O preconceito racial contra os negros acaba se apresentando de forma mais latente, mesmo que muitas vezes venha de forma sutil e em tons de brincadeiras “inocentes” e ao mesmo tempo cruéis e perversas. No museu do Marajó há em exposição instrumentos de tortura utilizados no período de escravidão no Brasil, como pelourinho, libambo, o tronco ou vira-mundo e por intermédio da pesquisa realizada nos textos referentes “O negro em exposição no Marajó” buscamos identificar possíveis pistas e provas que corroborasse para a elucidação de fatos a cerca do assunto da escravidão no Marajó. Levando em consideração as pistas e provas, como por exemplo, as inúmeras praticam de torturas físicas e psicológicas que foram encontradas sobre “o negro” contribuimos para que fossem desmistificadas e esclarecidas algumas situações pendentes referente à escravidão e assim sancionar as possíveis provas da escravidão do negro no Marajó.

Neste artigo, é explorado o tema “O negro no museu do Marajó: em busca de pistas e provas da escravidão negra no Pará” e ao longo dessas páginas, discorre-se a cerca da história do negro na região contando sobre a forma como chegaram no Marajó, sua inclusão que culminou na substituição, em parte, da mão de obra indígena e a maneira como viviam nos engenhos, sendo por vezes expostos a castigos severos e que variavam na execução segundo a pena que recaia sobre os cativos.

Este artigo é composto de cinco partes, onde temos metodologia, a exposição do negro no Museu do Marajó, a substituição da mão de obra indígena pela negra, discussão e conclusão. Na metodologia a pesquisa qualitativa, com coletas de dados que ocorreu sobre a história do negro no Marajó.

A exposição do negro no Museu do Marajó encontrou textos nos “computadores caipiras ou caboclos”, que explicam o que os instrumentos de tortura faziam e quais suas intenções e aplicabilidades para castigar os escravos negros; esta exposta como imagem no museu, o pelourinho, libambo, tronco ou vira-mundo, são instrumentos de tortura utilizados no período de escravidão no Brasil. A discussão, onde tentamos esclarecer alguns pontos que permaneciam mistificados acerca do assunto escravidão no Marajó. A conclusão, em que pudemos constatar as historia de torturas desenvolvidas contra os negros escravizados no Pará, no período da escravidão, em especial, no arquipélago do Marajó.

1. METODOLOGIA

O presente trabalho se deu por meio de pesquisas com fontes baseadas em artigos fornecidos pelos colaboradores e desta fez-se uma abordagem.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, a partir da coleta de dados que ocorreu e no referente artigo fizemos uma abordagem sobre a história do negro no Marajó, na qual buscamos pistas e provas que comprovasse que os mesmos foram torturados, tanto fisicamente como psicologicamente. Utilizamos como recurso para a pesquisa os textos de Diego Bragança de Moura.

Assim, pode-se considerar um capítulo, uma seção ou qualquer outra subdivisão. Toma-se uma parte que forme certa unidade de sentido para que se possa trabalhar sobre ela. Dessa maneira, determinam-se os limites no inteiro dos quais se processará a disciplina do trabalho de leitura e estudo em busca da compreensão da mensagem. (Severino, 2007. P. 51)

É neste ponto de vista que se debruçou na presente pesquisa, no propósito de estabelecer uma relação entre a aplicação da mão-de-obra indígena e dos negros escravos, que participaram da base da produção econômica da época em estudo. Por outro lado, no objetivo de identificar as evidências da intensa presença da mão-de-obra escrava africana, destacar-se-á no decorrer deste estudo alguns aspectos relacionados aos quilombos, suas tradições e manifestações culturais.

2. A EXPOSIÇÃO DA HISTÓRIA DO NEGRO NO MUSEU DO MARAJÓ

Na exposição d'O Museu do Marajó encontramos textos nos “computadores caipiras ou caboclos”, que explicam o que instrumento de tortura fazia e quais suas intenções e aplicabilidades, para castigar os escravos negros.



Figura 01: O Pelourinho, instrumento de tortura exposto n'O Museu do Marajó.

Fonte: Diego Bragança de Moura, 2015

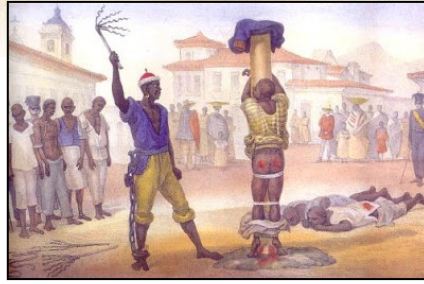


Figura 02: Escravo no pelourinho sendo açoitado

Fonte: <http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/escravido-e-resistencia-no-brasil.html>

O pelourinho, que n'O Museu do Marajó trata-se de uma peça autêntica vinda do município de Muaná, na própria ilha, seja talvez o mais conhecidos entre os instrumentos de tortura utilizados no período da escravidão no Brasil. Em texto extraído da exposição d'O Museu, de autoria de Arthur Ramos, nos é informado que muitas vezes o escravo era amarrado ao pelourinho por outro escravo. Algo que não era feito por acaso: “Esta escolha fazia parte da política da escravatura que usava todos os recursos para criar inimizades entre os escravos e assim impedir que se unissem e se revoltassem contra o dono. Política essa que não se limitava ao campo do físico, mas acima de tudo, com danos profundos no psicológico. O mesmo texto ainda nos informa que, nas cidades, os castigos dos açoites eram feitos publicamente os pelourinhos. Nele eram amarrados os infelizes escravos e condenados à pena dos açoites. O espetáculo era anunciado publicamente pelos rufos dos tambores. E grande multidão reunia-se na praça do pelourinho para assistir ao látigo do carrasco a bater-se sobre o corpo do pobre escravo condenado que ali ficava exposta a excreção pública. A multidão excitava-se a aplaudir enquanto o chicote abria estrias de sangue no dorso nu do negro escravo.

(Texto de Arthur Ramos, extraído da exposição permanente d'O Museu do Marajó em janeiro de 2014)

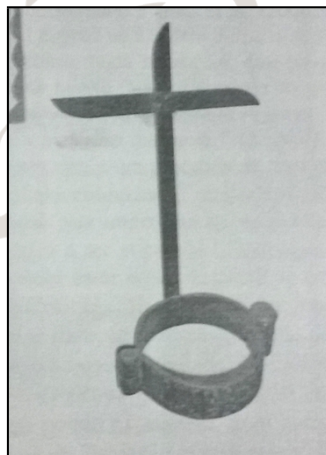


Figura 04: Libambo, instrumento de tortura do período da escravidão, em exposição n'O Museu do Marajó.

Fonte: Diego Bragança de Moura, 2015

O libambo era o instrumento de castigo dos escravos que costumavam fugir dos seus cativos. Tratava-se de um círculo de ferro, que era preso ao redor do pescoço como uma espécie de colarinho, preso com um cadeado ou parafuso nas extremidades, para que o escravo não conseguisse retirá-lo. Existiam dois tipos de libambo, em que possuía um chocalho atrás da cabeça, para informar com o som que o som que o chocalho fazia, quando o escravo estava andando, indicando assim que se tratava de um “fujão”. O outro tipo, que podemos encontrar exposto n’ O Museu, era o que possuía uma cruz de ferro atrás da cabeça presa ao colarinho, que tinha como função dificultar qualquer tentativa de fuga, pois o escravo poderia ficar nos galhos das arvores. A outra função era de caráter psicológico, pois a cruz tinha a função de lembrar ao escravo, que ele *“era um pecador e tinha que pedir perdão a Deus... por ter fugido do seu dono?”*

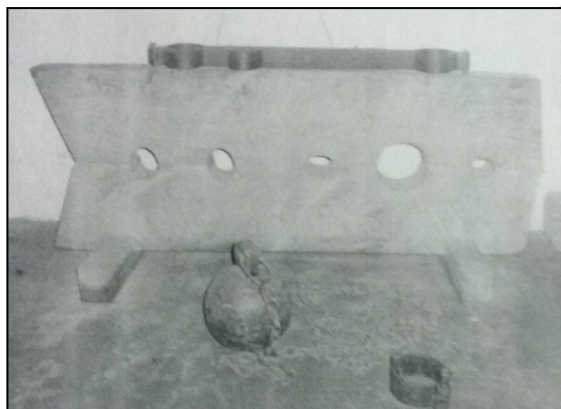


Figura 05: Tronco, Vira-mundo e bola de ferro, instrumentos de tortura do período da escravidão em exposição n’O Museu do Marajó.

Fotografia de Diego Bragança de Moura, 2015

O tronco ou vira-mundo, respectivamente, de madeira e ferro, como os que podemos encontrar expostos n’o museu, eram normalmente de formato retangular, abertos ao meio de forma horizontal, com cinco buracos abertos: dois pequenos para as mãos, dois um pouco maiores para os pés e um para se colocar a cabeça do escravo que se iria castigar. A finalidade desse instrumento de tortura era a contenção do escravo que fosse turbulento e revoltado. Aprisionado nesse instrumento, além de sofrer dores fortes, devido a imobilidade forçada a qual o negro era submetido, por ficar em posição desagradável e desconfortável, o escravo também não tinha como se defender e se livrar dos ataques dos insetos, e nem mesmo conseguia realizar de forma satisfatória suas necessidades fisiológicas.



Figura 06: Bola com corrente. Feita de aço com acabamento em idade. Aproximado comprimento da cadeia: 93 cms.
Diâmetro de bola: 15 cms.

Fonte: <http://www.medieval.pt/11-Acessorios>



Figura 07: Máscara da Infâmia

Fonte: <http://curiosomundo.com.br/10-tecnicas-de-tortura-mais-cruéis-de-todos-os-tempos/>

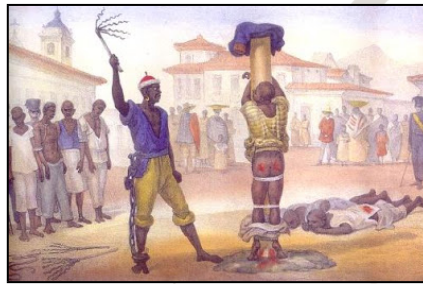


Figura 08: Escravo no pelourinho sendo açoitado

Fonte: <http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/escravido-e-resistencia-no-brasil.html>

Outro instrumento de tortura de aspectos e brutalidades medievais também faziam parte da coleção dos carrascos e senhores das fazendas e engenhos, para serem utilizados em suas sessões de mutilações e barbárie contra os negros escravos. Fala, que “*os instrumentos de castigo eram variados e às vezes requintadíssimos*”. Entre esses temos a bola de ferro, as máscaras, anjinhos, bacalhau, palmatórias e escarificação. Todos esses, instrumento de tortura com o objetivo de provocar castigos físicos e psicológicos extremamente marcantes para os negros açoitados, amarrados, cortados, imobilizados e feridos, sabe-se que os senhores mais cruéis e exigentes nas práticas de tortura, não se satisfaziam com castigos “suaves”.

A própria literatura produzida na região, não deixou de registrar os maus-tratos sofridos pelos negros na ilha de Marajó. Dalcídio Jurandir em um de seus romances, “*Marajó*”, que trazia um viés político e social muito forte, relatava as críticas do piloto Pedro Mala Real (personagem

fictício do romance), que condenava o tratamento cruel que os frades que controlavam fazendas na região praticavam contra os escravos negros, dizendo que os religiosos “*amarravam os escravos [...] no tronco espinhento do tucumazeiro e caçavam índio como se caça onça*”. Como nos fala Willi Bolle observamos aqui, o poder de ampliação que o texto Romancista Dalcídio Jurandir pretender realizar, ao mostrar através de uma ficção literária, a crueldade desmedida dos colonizadores contra os negros escravizados.

3. A SUBSTITUIÇÃO DA MÃO DE OBRA INDÍGENA PELA NEGRA

Falar sobre a presença da escravidão africana na Amazônia e, especificamente, na Ilha do Marajó, é algo que até nos dias atuais, segundo Patrícia Sampaio (2007, P. 12) provoca certo “estranhamento porque já se tornou comum afirmar que sua presença foi pouco significativa na economia regional dos séculos XVII e XVIII, fundada predominantemente sobre o trabalho indígena”.

A presença de mão de obra escrava negra na região até meados do século XVII era de certa forma inexpressiva, devido ao fraco desenvolvimento das atividades agrícolas durante quase todo esse século, além da baixa condição financeira da população do Maranhão e do Pará, que dificultavam a aquisição de escravos negros, segundo Rafael Chambouleyron. Situação que só começou em meados do século XVIII. Período que como nos mostra Agenor Sarraf (2011a) é compreendido entre os anos de 1755 a 1778, tempo esse em que a Companhia do Comércio do Grão – Pará e Maranhão eram responsáveis pelo tráfico de africanos para a região, sendo aproximadamente cerca de 53.000 africanos trazidos para a região, escravos africanos que eram oriundos de vários portos da África, como: Bissau e Cacheu, Luanda, Benguela e Cabinda e Moçambique na Costa Oriental ou Contra Costa.

Assim podemos saber a origem de muitos escravos de origem africana que vieram para a região, com certa predominância de africanos originários do grupo banto, representações de nações, como: “Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxincongô, Maúá ou Macua, Caçanje etc.” Já dos grupos de origem sudanês estão os: “Mina, Fânti-Achânti, Mali ou Maí ou Mandiga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijogó ou Bixagô” (SALLES, 2005, apud, PACHECO, 2010, p. 45)

Para Sampaio (2007), a Companhia de Comércio foi responsável por promover um grande e expressivo impacto na demografia da força escrava de trabalho do Grão- Pará, modificando, significativamente, o cenário populacional e do trabalho na região.

Mas até então, como nos mostra Chambouleyron (2006, p. 2), “a principal força de trabalho no antigo Estado do Maranhão e Pará do século XVII foi à indígena, livre ou escrava”, apesar de a mão de obra africana já se fazer presente, mas em números bastante reduzidos.

Para Anaíza Vergolino-Henry e Napoleão Figueiredo (1990, apud, CHAMBOULEYRON, 2006, P. 2), os estudos sobre a presença inexpressiva da força africana sendo explorada nos Estados do Maranhão e Grão - Pará, nos séculos XVII e início do XVIII, pode ser entendida através de três fatores, que acabaram norteadando as análises sobre essa questão.

Em primeiro lugar, não se repensar a idéia de que a mão-de-obra africana teria sido inexpressiva porque o “ciclo das drogas do sertão” teria se valido exclusivamente da mão-de-obra indígena. Em segundo lugar, não se aprofunda a reflexão sobre os “diferentes empreendimentos agrários” na região, que dependiam da mão-de-obra escrava. E, finalmente, o fato de se tentar explicar a Amazônia a partir do modelo da *plantation* da região açucareira. Justamente como a Amazônia não teria se enquadrado nesse modelo, o negro “se tornou um elemento ausente na construção da sociedade amazônica”. (CHAMBOULEYRON, 2006, P. 2)

Porém alguns elementos contribuíram e incentivaram a vinda de africanos na condição de escravos para região. Primeiramente, o argumento fortemente defendido de que “*o Estado do Brasil só havia prosperado graças ao uso de africanos*”, ou como disse vigário-geral do Maranhão, padre Domingos Antunes Tomás que “se sabe que o Brasil não teve aumento senão depois que nele entraram os negros de Angola e Guiné, e deixaram os escravos do gentio da terra, e o mesmo as Índias de Castela”. Argumento também muito defendido pelo padre Antônio Vieira, que apoiava a vinda de escravos africanos para Maranhão e Grão – Pará, para serem utilizados pelos moradores em substituição da força de trabalho indígena, deixando assim, os índios sobre responsabilidade e controle dos jesuítas.

Em segundo lugar, as epidemias de varíola (bexiga) entre os anos de 1660 e 1690, que provocaram grandes baixas na força de trabalho indígena na região e deram início a uma crise do processo produtivo. Fator que deu origem a uma corrida em busca da força de trabalho escrava africana, para substituir a indígena em declínio numérico e para continuar desenvolvendo os trabalhos nas lavouras, no extrativismo e na criação de animais, que o grande número na mortandade da mão de obra indígena, deixou os proprietários sem terem como realizar.

O terceiro fator que contribuiu para a vinda da mão de obra africana, foi a lei de liberdade geral dos índios de 1º de Abril de 1680, alcançadas por padre Antônio Vieira, que proibia o cativos dos indígenas e o controle de suas forças de trabalho pela Companhia de Jesus, que através de implementação dessa lei de moradores e a Companhia de Jesus...

...inserir-se num conjunto de medidas que reestruturavam as formas de obtenção e uso da mão de obra indígena. Uma delas, integrada com a lei de liberdade, determinava que, para

que os moradores tivessem quem trabalhassem “a cultura de suas searas e novas drogas que se têm descoberto”, se importassem africanos bem como se promovesse o descimento de índios livres do sertão e sua repartição (os índios livres ficariam a cargo exclusivo dos jesuítas). (CHAMBOULEYRON, 2006, p, 9)

Além desses fatores, também temos os interesses da Fazenda Real portuguesa, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, incentivar e controlar a introdução de contingentes de mão de obra escrava africana para a região, garantindo assim, a lucratividade da Coroa, que ficava com a organização do tráfico negreiro, para o Maranhão e o Pará, algo que era desenvolvido de forma diferente nos outros Estados do Brasil, onde existiam negociantes que ficavam com a função de desenvolver essas negociações.

4. DISCUSSÃO

Este artigo identificou várias pistas e provas sobre a escravidão negra no Marajó e esclareceu alguns pontos que permaneciam mistificados acerca do assunto, onde se tinha uma visão equivocada sobre a real dimensão da escravidão negra na região.

Verificou-se na busca pelos indícios da escravidão no Marajó, que os cativos eram vítimas de grande tortura, tanto de forma física, quanto psicológica e o crescimento da mão de obra escrava negra se deu principalmente em função de ser uma atividade lucrativa que fomentava o comércio da época.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O Museu do Marajó tem grande importância na propagação e conscientização sobre a cultura local de Cachoeira do Ararí. Percebemos também que o Padre Giovanni Gallo enriqueceu a abordagem sobre a escravidão negra com a exposição de objetos, cartas e conseqüentemente exploram a questão do racismo velado, que por várias vezes foi encarado como algo inofensivo, porém potencialmente influente no desenvolvimento da estima do negro sobre si.

Como pudemos constatar as histórias de torturas desenvolvidas contra os negros escravizados no Pará, no período da escravidão, em especial, no Arquipélago do Marajó, assim como toda a história da presença negra, não pode ser encarada como algo insignificante tanto em proporções quantitativas e/ou qualitativas.

Onde os estudos possam permitir um conhecimento mais amplo, tanto da própria presença negra no Pará, mais especificamente no Marajó, como das práticas de torturas sofridas por esses homens e mulheres descendentes de africanos, se faz cada vez mais necessários, para dar o devido reconhecimento de toda a história e cultura negra existente em nosso Estado do Pará.

Reconhecimento esse, que seja capaz não só de demonstrar os horrores e as atrocidades cometidas contra os escravos em território paraense/marajoara, mas também, que possa conferir as responsabilidades, os valores e as reais presenças dos povos de origens africanas em nosso solo. Para assim, retirar parte significativa da história e da cultura negra que por muito tempo vem sendo ocultada, invisibilizada e menosprezada na formação da nossa sociedade marajoara, paraense e brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BOLLE, Willi. A escrita da historia de Marajó, em Dalcídio Jurandir. In: Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 1 – jun. 2011 – Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. 2011, PP. 43-78.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Revista Brasileira de Historia, *On-line version* ISSN 1806-9347 vol.26 no.52 São Paulo Dec.2006. DOSSIÊ ESCRAVIDÃO. In: <http://DX.DOI.ORG/10.1590/S0102-01882006000200005>

GALLO, Giovanni. “O homem que implodiu/ Giovanni Gallo”. Belém: SECULT, 1996-294 p.

PACHECO, Agenor Sarraf. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de Contatos. In: Muito além dos campos: arqueologia e historia na Amazônia Marajoara / Denise Pahl Schann, Cristiane Pires Martins, organizadoras. – 1. ed. – Belém: GKNORONHA, 2010. PP. 31 – 70.

SAMPAIO, Patricia Melo. Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. 3º Encontro: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007,12p.